

Ata nº 11/2020

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e vinte, às dezenove horas, reuniram-se nesta Casa Legislativa, sob a presidência da vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva, os vereadores Gelso Soares de Brito, Gilmar Lopes de Souza, Isabel de Oliveira Elias, José Sérgio de Carvalho, Jucimar Borges da Silveira, Loreno Feix, Sandro Drum e Teodoro Jair Dessbessel. A Presidente solicitou ao secretário que fizesse a leitura de um texto bíblico que em pé foi ouvido. Posteriormente o secretário fez a leitura da Ata nº 10/2020 que foi posta em discussão, votação e aprovada por unanimidade. O secretário fez a leitura do Ofício do Poder Executivo nº 132/2020 – Encaminha o Projeto de Lei nº 2616/2020. O secretário fez a leitura da Indicação nº 7/2020 – De todos os vereadores - Sugerem ao Poder Executivo que não reajuste o valor do IPTU 2020, mantendo-se os valores conforme praticados no ano passado, tendo em vista a pandemia de Coronavírus e a estiagem que atinge nosso Município. Outrossim, sugere que o Decreto Municipal nº 3023, de 02 de dezembro de 2019, que reajusta a planta de valores do IPTU, seja revogado. O vereador Jucimar defendeu a Indicação. O secretário fez a leitura da Indicação nº 8/2020 – Vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva – Sugere ao Poder Executivo que, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, adquira um ônibus escolar adaptado aos passageiros com deficiência ou mobilidade reduzida para o transporte de alunos da Escola Especial Resina Bernhard a fim de aprimorar e melhor atender aos alunos e profissionais da Escola. A vereadora Jane defendeu sua Indicação. Estão baixados nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2605, de 09 de março de 2020 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar processo seletivo simplificado e contratar por tempo determinado, por excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal e art. 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2611, de 17 de março de 2020 –

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo nº 2614, de 26 de março de 2020 – Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal 2551/20 e dá outras providências; e Projeto de Lei do Executivo nº 2615, de 01 de abril de 2020 – Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 414.641,24 (quatrocentos e quatorze mil seiscientos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos) e dá outras providências. Está baixando nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo nº 2616, de 26 de março de 2020 – Altera os arts. 13 e 24 da Lei Municipal 1.388/2005 visando a consolidação da legislação previdenciária com base na Emenda Constitucional 103/2019 e dá outras providências. Na Tribuna Parlamentar o vereador Teodoro Jair comentou sobre as ações na área da saúde devido à pandemia, com realização de barreira sanitária na entrada da cidade; falou sobre a situação da patrola do município que esta há mais de cinco anos estragada; e comentou sobre as obras do asfalto da Avenida Pio XII. O vereador Sandro falou sobre a questão do trecho da Rua Lidovino Fonton que era mão única e foi mudado para mão dupla, sem autorização legislativa e sem placa de sinalização nas imediações, o que vem gerando muitos transtornos; defendeu os comerciantes de Salto do Jacuí que estão de portas fechadas; falou sobre a questão dos sacolões; e comentou sobre o carro do Conselho Tutelar que está parado na garagem da Prefeitura por falta de motorista. A vereadora Jane comunicou sobre a sua mudança de sigla partidária, saindo do Progressistas e ingressando no PDT, falou sobre o repasse no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) que a Câmara fez para a Prefeitura Municipal para ser convertido em cestas básicas para as famílias carentes do município; comentou sobre sua preocupação com o comércio, lamentando a possibilidade de possíveis demissões de funcionários; por fim, falou sobre a estiagem no Município, explanado sua participação em uma Audiência

Pública, no município de Espumoso, referente aos impactos da estiagem na região.
Nada mais havendo a se tratar, às vinte horas e vinte minutos, a Presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: